



Pauta de amanhã do Congresso inclui verba extra para o Fies

Governo tem pressa na aprovação da proposta, pois universidades não têm renovado matrículas por causa de atrasos nos repasses federais

O presidente do Congresso, Renan Calheiros, convocou para amanhã, às 11h, sessão para que os senadores e deputados federais votem projetos de lei e vetos presidenciais. Entre as propostas da pauta, está uma que libera crédito suplementar de R\$ 1,1 bilhão para o Ministério da Educação. Desse total, R\$ 702 milhões são destinados ao Fundo de Financiamento Estudantil, que financia mensalidades em universidades privadas. De acordo com o governo, a verba beneficiará 2 milhões de universitários. Outra parte das verbas irá para a organização do Exame Nacional do Ensino Médio. **3**



Renan Calheiros preside sessão do Congresso Nacional: senadores e deputados foram convocados para votar amanhã projetos como o que libera verbas para o Fies

Jonas Pereira/Agência Senado — 5/10/2016

PEC que limita os gastos públicos foi tema de debates no Senado

A PEC 241/2016, que limita os gastos públicos nos próximos 20 anos, foi tema de debate no Plenário, na Comissão de Assuntos Econômicos e no Instituto Legislativo Brasileiro,

durante a semana passada.

Aprovada em primeiro turno na Câmara, a PEC chegará ao Senado ainda este ano e deve ser votada antes do recesso parlamentar. **5**



Gleisi e Lindbergh debatem com outros senadores durante audiência sobre a PEC

Conselho de Comunicação critica fim de órgão da EBC

O Conselho de Comunicação Social do Congresso aprovou relatório com críticas à medida provisória que extingue o Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). O relator, Davi Emerich, disse que, com o fim do conselho, a EBC vai responder às orientações do Executivo e não às da sociedade, como estabelece a lei da empresa. **4**

Produtores pedem proteção para o mercado de leite

Em seminário promovido pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), representantes do setor de produção de leite pediram o estabelecimento de um preço mínimo para o produto e o controle da entrada do leite em pó uruguaio no Brasil.

Representante do Itamaraty disse que leis internacionais impedem o controle unilateral do comércio. **6**

ARQUIVO **S**

Lei de 1976 calou políticos na propaganda eleitoral

Em 1976, a ditadura militar aprovou a Lei Falcão, que transformou a propaganda eleitoral no rádio e na TV numa lista de chamada. Os candidatos não podiam falar. Um locutor lia nome, partido, número e currículo. Senadores do MDB tentaram evitar a aprovação do projeto no Congresso Nacional, mas acabaram sendo vencidos pelo governo. **8**



O ministro Armando Falcão (D), que elaborou o projeto de mordça eleitoral

Fernando Bizerra/Arquivo BG Press

Senado transparente

Boletim da Consultoria de Orçamento destaca deficit primário até agosto

Os destaques da mais recente edição do *Monitor Fiscal*, elaborado por consultores, são o deficit fiscal da União, que chegou a R\$ 68,5 bilhões em agosto, e o contingenciamento de despesas discricionárias. **2**



Publicação de Consultorias do Senado e da Câmara foi encartada no dia 6

Reprodução

Cotas para surdos unilaterais geram divergências **7**

Pesquisa espacial pede mais verba do setor privado **4**

Projetos preveem recursos extras para estatais **3**

Desburocratização terá estatuto ainda este ano **4**

Deficit fiscal até agosto é destaque de publicação

Última edição do boletim das consultorias de Orçamento do Senado e da Câmara avalia o desempenho das contas da União em 2016, com déficit primário de R\$ 68,5 bilhões nos oito primeiros meses



O DEFICIT PRIMÁRIO da União referente aos primeiros oito meses deste ano, que já alcançou o montante de R\$ 68,5 bilhões, é o destaque da última edição do boletim *Monitor Fiscal*, produzido pelas Consultorias de Orçamento do Senado e da Câmara dos Deputados, que foi encartado no **Jornal do Senado** no dia 6.

Deficit primário é o valor gasto pelo governo e que excede o valor de sua arrecadação (com impostos, taxas, contribuições, entre outras fontes de receita), sem levar em consideração a despesa realizada com o pagamento dos juros da dívida pública.

O resultado primário das contas públicas inclui o Tesouro Nacional, a Previdência Social e o Banco Central. O déficit mostra o quanto os gastos superaram a arrecadação.

Os autores da publicação alertam que, embora a trajetória da economia este ano aponte para o cumprimento da meta de déficit de R\$ 170 bilhões, o resultado evidencia o desequilíbrio fiscal das contas públicas, já que a própria previsão foi de um déficit muito alto. Um maior equilíbrio faria com que não se chegasse a esse valor.

O consultor de Orçamento do Senado Aritan Borges Avila Maia, um dos coordenadores técnicos do boletim, afirma que a projeção atual do mercado para 2016 é de R\$ 160,4 bilhões de déficit para o governo central, que exclui as empresas estatais federais, estados e municípios.

— A projeção da dívida tem piorado a cada mês. Antes era de R\$ 150 bilhões e já estamos em R\$ 160 bilhões. Muito provavelmente, chegaremos a esses R\$ 170 bilhões até o fim do ano — alerta.

Entre os fatores que têm

contribuído para a persistência de resultados negativos, está a queda real das receitas primárias, que chegou a 6,3% até agosto de 2016, segundo Maia. Além disso, as despesas tiveram aumento real de 1,1%.

— O problema é que a despesa não tem parado de crescer e a receita de cair — disse.

No entanto, o consultor aponta uma recuperação da receita, especialmente influenciada pela incorporação de montantes relativos à repatriação de ativos.

— Algumas fontes de receitas têm salvado a receita primária, fazendo com que o déficit seja um pouco minimizado.

Contingenciamento

Outro destaque da edição, segundo Maia, é o contingenciamento de despesas discricionárias — aquelas que não estão vinculadas por lei a áreas específicas e sobre as quais o governo tem maior poder de administração. Ele impacta em todos os órgãos do Poder Executivo, inclusive nas emendas parlamentares.

— Tivemos um aumento na estimativa de arrecadação para 2016. Isso dá uma folga para o Executivo, que teve a possibilidade de descontingenciar R\$ 1,2 bilhão. No entanto, o Executivo decidiu manter esse montante contingenciado para montar uma reserva para absorver eventuais riscos fiscais que surjam daqui para o fim do ano.

Regime fiscal

O consultor ressalta que, com o intuito de conter o crescimento do gasto público e restabelecer a sustentabilidade da dívida, o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017 antecipou a limitação da despesa primária da União, conforme a PEC 241/2016, que propõe um novo regime fiscal para a União, caso a proposta de emenda não seja aprovada a tempo.

— A PEC limita os gastos públicos na variação da inflação. No momento em que a inflação está em alta e a despesa em queda, isso não tem tanto efeito, mas quando a atividade econômica começar a melhorar, essa medida certamente terá um grande impacto na redução da dívida pública. Essa é a aposta do governo — disse.

Guia

O objetivo do *Monitor Fiscal* é ser um guia para parlamentares e cidadãos acompanharem o desempenho fiscal da União. Em quatro páginas, a publicação aborda mensalmente temas como superavit, déficit, endividamento e contingenciamento. A ideia é tratar desses assuntos em linguagem simples, para ampliar a transparência e a possibilidade de controle social das contas públicas.

— Os dados mudam e as avaliações também são mais aprofundadas, dependendo do cenário que se apresenta. Mas, em geral, o que comentamos no boletim é a evolução dos agregados fiscais.

A cada mês, explica Maia, um grupo de consultores do Senado e da Câmara é responsável por elaborar o conteúdo, e outro grupo por revisar. Relatórios oficiais do Executivo e projeções do mercado estão entre as fontes usadas.

— A ideia é que a cada mês uma equipe fique responsável para que o sentido de pertencimento e de parceria entre Senado e Câmara seja ainda maior — diz o consultor.

Como acessar

- No site do Senado**
<http://bit.ly/MonitorSenado>
- No site da Câmara**
<http://bit.ly/MonitorCamara>
- O boletim também é encartado no **Jornal do Senado** na primeira semana de cada mês

Meta de resultado primário para 2016

Esfera	Realizado		LDO original	LDO atual	
	Em agosto	Jan-Ago/2016	Meta do ano	Meta do ano	A realizar
Setor público consolidado	R\$ -22,2 bi	R\$ -58,9 bi	R\$ 30,6 bi	R\$ -163,9 bi	R\$ 105 bi
União	R\$ -22,2 bi	R\$ -68,5 bi	R\$ 24 bi	R\$ -170,5 bi	R\$ 102 bi
Governo central	R\$ -22,2 bi	R\$ -68 bi	R\$ 24 bi	R\$ -170,5 bi	R\$ 102,5 bi
Empresas estatais	-	R\$ -0,5 bi	-	-	R\$ 0,5 bi
Estados e municípios	R\$ -0,1 bi	R\$ 9,6 bi	R\$ 6,6 bi	R\$ 6,6 bi	R\$ -3 bi

Fonte: Banco Central para a coluna de valores realizados. Metas extraídas da Lei 13.242/2015, conforme redação original e após alteração promovida pela Lei 13.291/2016

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA

CDH Audiências públicas
9h A Comissão de Direitos Humanos realiza debate sobre saúde e cidadania. Às 14h, discute aposentadoria do servidor público federal. Às 16h, faz audiência com foco nos planos de saúde.

PLENÁRIO Sessão não deliberativa
14h Sessão de discursos e avisos da Mesa.

TERÇA

CDH Crise nas empresas públicas
9h Debate sobre a crise política, econômica, social e ética à luz dos direitos humanos, com foco nas empresas públicas.

CMA Segurança em veículos
9h30 A Comissão de Meio Ambiente deve votar 18 itens. Entre eles, projeto que torna o dispositivo antiesmagamento nas janelas um equipamento obrigatório em veículos com vidro elétrico. Em seguida, analisa as emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias.

CAE Normas para licitações
10h A Comissão de Assuntos Econômicos pode analisar projeto que institui normas para licitações e contratos da administração pública, e mais 14 itens. Depois vota as emendas à LDO.

CÓDIGO DE AERONÁUTICA Consumidor
10h45 Audiência para analisar sugestões da sociedade civil sobre defesa do consumidor de passagens aéreas.

TRANSPARÊNCIA Emendas à LDO
11h A comissão vota as emendas à LDO.

CONGRESSO Vetos presidenciais
11h Sessão para análise de vetos e outros expedientes.

CE Empreendedorismo
11h30 A Comissão de Educação vota emendas à LDO. Depois analisa pauta de 27 itens, entre eles o projeto que inclui o empreendedorismo no currículo da educação básica.

CRA Emendas ao Orçamento
14h A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária analisa as emendas à LDO.

MP 739/2016 Previdência Social
14h30 Análise de relatório da medida provisória que altera regras da Previdência Social.

CCAI LDO 2017
14h30 A Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência analisa as emendas apresentadas à LDO 2017.

CMCC Metas do Acordo de Paris
14h30 A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas debate estudo sobre a revisão das metas apresentadas pelo Brasil no Acordo do Clima de Paris; discute a incorporação das Contribuições Nacionalmente Determinadas Pretendidas na Política Nacional sobre Mudança do Clima; e, em seguida, delibera sobre as emendas à Lei Orçamentária 2017.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Ministros
14h30 A Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher promove audiência pública interativa com as presenças dos ministros da Saúde, Ricardo Barros, e da Justiça, Alexandre de Moraes, para debater as políticas para o enfrentamento da violência contra as mulheres. Depois, analisa emendas ao projeto de Lei Orçamentária 2017 e vota requerimentos.

CMO Sugestões de emendas
14h30 A Comissão Mista de Orçamento analisa as sugestões de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária 2017.

QUARTA

CI Comandos da Petrobras e do BNDES
8h30 A Comissão de Infraestrutura analisa emendas à LDO. Depois discute o PLS 271/2015, que determina que a escolha dos presidentes do BNDES e da Petrobras dependam de aprovação prévia do Senado, e mais 4 itens.

CAS Tratamento de câncer no SUS
9h A Comissão de Assuntos Sociais analisa as emendas à LDO. Depois faz audiência sobre a Lei 12.732/2012, que garante aos pacientes com câncer o tempo máximo de 60 dias para ter o tratamento da doença iniciado no SUS.

CDR Segurança em brinquedos infantis
9h A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo vota emendas à LDO. Depois pode analisar o PLC 159/2015, sobre normas de segurança em brinquedos dos parques infantis localizados em áreas de uso coletivo.

CE Desafios da educação
9h30 A Comissão de Educação, Cultura e Esporte faz audiência sobre os avanços e desafios da educação no âmbito da Lei de Diretrizes e Bases.

MP 742/2016 Horário da Voz do Brasil
10h Análise de relatório da MP que flexibilizou a transmissão da Voz do Brasil nos Jogos Olímpicos de 2016.

CCJ Trabalho infantil como crime
10h A Comissão de Constituição e Justiça pode votar o PLS 237/2016, que caracteriza como crime a exploração do trabalho infantil, e mais 30 itens. Depois analisa emendas à LDO.

MP 741/2016 Regras do Fies
10h30 Análise de relatório da MP que altera regras do Fies.

MP 744/2016 Mudanças na EBC
11h Instalação e eleição da comissão da MP que estabeleceu mudanças na estrutura da Empresa Brasil de Comunicação.

MP 745/2016 Papel-moeda no exterior
11h30 Instalação e eleição da comissão da MP que autoriza o Banco Central a adquirir papel-moeda fora do país.

SENADO DO FUTURO Emendas
11h30 A Comissão Senado do Futuro analisa e vota emendas à LDO.

MP 746/2016 Ensino médio
12h Instalação e eleição da comissão da MP que alterou regras curriculares e o funcionamento do ensino médio.

MP 747/2016 Radiodifusão
12h30 Instalação e eleição da comissão da MP sobre a renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão.

OBRAS INACABADAS Instalação
15h30 Instalação e eleição da Comissão Especial das Obras Inacabadas.

LEI DO ESPORTE Três audiências
9h A comissão responsável pela elaboração de anteprojeto de Lei Geral do Esporte Brasileiro realiza três audiências públicas interativas sobre o Sistema Nacional do Esporte e o financiamento público do esporte.

PAUTA FEMININA Exames acessíveis
10h A Procuradoria da Mulher do Senado e a Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados promovem a 35ª edição do Projeto Pauta Feminina, com o tema "Câncer de Mama: acessibilidade dos exames preventivos para a mulher com deficiência".

QUINTA

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**:
<http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**:
<http://bit.ly/comissoesOnline>

Congresso vota recurso extra para Fies amanhã

Projeto de lei prevê crédito suplementar de R\$ 702 milhões para financiar 2 milhões de universitários e de R\$ 400 milhões para organizar Enem

O CONGRESSO REÚNE-SE amanhã, às 11h, para a votação de vetos presidenciais e projetos de lei, como o PLN 8/2016, que libera para o Ministério da Educação um crédito suplementar de R\$ 1,1 bilhão. Desse total, R\$ 702 milhões vão para o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), destinados a 2 milhões de estudantes, e R\$ 400,9 milhões vão para a organização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Na última sessão do Congresso, encerrada na madrugada do dia 6, os parlamentares não concluíram a análise dos destaques feitos a dois vetos, o que impediu a votação do crédito para o Fies.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, enfatizou que essas votações precisam acontecer nesta semana e que é necessária a presença dos parlamentares em Brasília:

— Nós vamos fazer sessão do Congresso para votar o Fies na terça-feira, de modo que todos [senadores e deputados] se considerem convocados.

O líder da Minoria, senador Lindbergh Farias (PT-RJ), deixou claro que a oposição votará a favor da proposta e que essa é uma reivindicação



Senadores e deputados em sessão do Congresso: pauta de amanhã inclui vetos presidenciais e projetos como o que libera verbas para o Ministério da Educação

estudantil “inadiável”:

— O governo já poderia ter editado uma medida provisória. Não era necessário ter chegado a este desgaste todo. Tem muito estudante reclamando, tem estudante sofrendo em sala de aula. Nós não vamos obstruir isso, vamos votar favoravelmente.

Vetos

O líder do PSDB, senador Paulo Bauer (SC), explicou por que a liberação desses recursos deve ser objeto de projeto de lei, e não de medida provisória:

— É necessário que nós tenhamos, sim, um projeto votado pelo Congresso Na-

cional alterando o Orçamento da União. Estaríamos fazendo tudo conforme preceitua a legislação brasileira e não estaríamos voltando às velhas pedaladas praticadas no governo petista.

Antes de deliberar sobre a liberação dos recursos para o Fies, os parlamentares devem concluir a votação de vetos presidenciais.

Falta a votação de destaques a vetos parciais a dois projetos. O primeiro veto recaiu sobre o PLC 38/2016, que originou a Lei 13.328/2016. A norma reajusta a remuneração de várias carreiras de servidores, como os da Superintendência

da Zona Franca de Manaus (Suframa). Os trechos que criavam diversos cargos de provimento efetivo em órgãos da administração federal foram vetados.

Defensor público

O outro veto incidiu sobre o PLS 95/2015. O projeto originou a Lei 13.329/2016, que cria o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico, programa que visa estimular empresas do setor a aumentar o volume de investimentos através de créditos tributários. O trecho vetado permitia que essas empresas ganhassem

descontos nas contribuições para o Programa de Integração Social (PIS), o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

Um novo veto em pauta foi feito integralmente ao PLC 32/2016, que reajustou o salário do defensor público-geral federal.

Na pauta, estão também destaques ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017 (PLN 2/2016) e outros oito créditos suplementares para diversos setores da administração pública.

Governo prevê verba extra para estatais e Judiciário

O Poder Executivo enviou na sexta-feira ao Congresso Nacional 16 mensagens com projetos de lei autorizando abertura de crédito da União para ministérios, estatais, Poder Judiciário, Ministério Público da União e Tribunal de Contas da União.

Entre os beneficiados, está o Ministério da Cultura, que deverá receber R\$ 64 milhões. Para o Ministério dos Transportes, o crédito é de R\$ 189 milhões. Às Justiças do Trabalho, Eleitoral e Federal e ao MPU, o projeto de lei prevê R\$ 31,7 milhões. Há também propostas destinadas ao pagamento de encargos financeiros da União. Um deles no valor de R\$ 95 bilhões.

Os créditos abertos pelos projetos de lei são de duas modalidades: suplementares, (destinados ao reforço de dotação já existente no Orçamento), e especiais (que visam a atender uma necessidade não contemplada no Orçamento).

Como se trata de projetos de abertura de créditos adicionais, a análise cabe à Comissão Mista de Orçamento (CMO).

MENSAGEM	VALOR	DESTINAÇÃO
555	R\$ 845 milhões	Empresas estatais (PLN 32/2016)
556	R\$ 317 milhões	Ministérios da Fazenda; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; e do Planejamento, Orçamento e Gestão (PLN 33/2016)
557	R\$ 810 milhões	Ministérios do Trabalho e Previdência Social e do Desenvolvimento Agrário (PLN 34/2016)
558	R\$ 2,2 bilhões	Encargos financeiros da União e operações oficiais de crédito (PLN 35/2016)
559	R\$ 3,8 milhões	Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação; da Educação; da Justiça; do Esporte; e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (PLN 36/2016)
560	R\$ 81 milhões	Tribunal de Contas da União, Supremo Tribunal Federal, Justiça Federal e do Trabalho e Ministério Público da União (PLN 37/2016)
561	R\$ 39,7 milhões	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (PLN 38/2016)
562	R\$ 189 milhões	Ministério dos Transportes (PLN 39/2016)
563	R\$ 95 bilhões	Encargos financeiros da União (PLN 40/2016)
564	R\$ 1,8 bilhão	Encargos financeiros da União (PLN 41/2016)
565	R\$ 461 milhões	Ministério da Educação (PLN 42/2016)
566	R\$ 10 milhões	Ministérios da Educação; da Justiça; das Relações Exteriores; da Saúde; da Integração Nacional; do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; e das Cidades (PLN 43/2016)
567	R\$ 399 milhões	Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão (PLN 44/2016)
568	R\$ 31,7 milhões	Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e Ministério Público da União (PLN 45/2016)
569	R\$ 64 milhões	Ministério da Cultura (PLN 46/2016)
570	R\$ 1,9 bilhão	Transferências a estados, ao Distrito Federal e a municípios (PLN 47/2016)

Parlamentares vão decidir sobre R\$ 1,95 bi para estados e municípios

O presidente Michel Temer editou uma medida provisória (MP) liberando R\$ 1,95 bilhão da União a estados e municípios para fomento às exportações. O texto foi publicado em edição extra do *Diário Oficial da União* publicada na noite de quinta-feira.

Conforme a MP 749/2016, o dinheiro será entregue em parcela única a ser paga até o último dia útil de dezembro. Do montante a ser repassado, os estados ficarão com 75%; e os municípios, com 25%. A divisão dos recursos está prevista numa tabela anexa ao texto.

A medida é uma forma de ajudar governadores e prefeitos que reclamam de crise financeira e cujas administrações têm dificuldades até para o pagamento de pessoal.

O Ministério da Fazenda poderá definir regras para exigir dos beneficiados informações sobre o aproveitamento dos recursos. Se algum estado ou município tiver dívida vencida e não

paga com a União, haverá dedução do crédito previsto na medida provisória.

Tramitação

As MPs têm força de lei desde a sua edição e vigoram por 120 dias.

Quando chegam ao Congresso, são votadas por uma comissão mista de deputados e senadores. Se os integrantes da comissão optarem por alterar o texto, a medida passará a tramitar como projeto de lei de conversão.

Depois de analisada pela comissão mista, a proposta é votada separadamente pelos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado.

Após 45 dias de edição, as MPs passam a trancar a pauta de votação.

Se houver alteração, o projeto é enviado para sanção do presidente da República, que pode vetar total ou parcialmente, caso não concorde com as mudanças.

Quando o texto não sofre modificações, é promulgado pelo Congresso Nacional.

Conselho critica fim de colegiado da EBC

Extinção do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação foi repudiada pelo relator da MP 744/2016, Davi Emerich, que se mostrou preocupado com seus efeitos

O CONSELHO DE Comunicação Social do Congresso (CCS) aprovou, no dia 10, relatório com críticas à Medida Provisória (MP) 744/2016, que extingue o Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). O conselheiro Davi Emerich, responsável pelo relatório, disse que a MP “não é uma matéria qualquer”, pois tem um impacto grande em uma estrutura com mais de 2 mil funcionários.

Ele enfatizou que a medida não resolve os impasses da empresa e ainda empurra a comunicação pública para “posições insustentáveis”.

Emerich acrescentou que, com a extinção do conselho, a EBC tende a responder às orientações do Executivo, e não às da sociedade, como estabelece um princípio da lei de criação da EBC (Lei 11.652/2008).

— Não se pode falar em eficiência quando o conselho é extirpado do cenário — alertou.

Audiência

Uma das maiores críticas à EBC é a falta de audiência da TV Brasil. Para Emerich, a medição de audiência é algo próprio das empresas comerciais — o que não é o caso da EBC nem de outras empresas públicas de comunicação. Para essas emissoras, segundo ele, o ideal é avaliar outro tipo de eficiência, como a capacidade de criar programas que possam jogar luz sobre debates que as empresas comerciais não têm



Emerich (E), que se disse receoso com rumos da comunicação pública, fala com o presidente do conselho, Miguel Cançado

interesse em promover.

— Uma empresa de comunicação pública pode falar para pequenas e grandes audiências, sem pressões comerciais.

Formato original

Emerich informou que a medida provisória já recebeu 47 emendas, a maioria pedindo a restituição da configuração original da empresa.

Ele registrou que ao longo dos anos o Estado sempre foi tímido na implementação de políticas de comunicação pública. Apesar das ressalvas, o conselheiro diz que a EBC pode ser vista como a primeira iniciativa concreta de uma empresa de comunicação pública de alcance nacional.

Na opinião do relator, o mais prudente seria resgatar, de imediato e por meio de projeto de lei de conversão, as compe-

tências do Conselho Curador.

— A EBC está no centro do debate sobre a comunicação pública do país. É possível dizer que a EBC cumpriu sua missão. O espalhamento das informações ultrapassou os limites da própria empresa.

Walter Ceneviva, por sua vez, observou que a EBC “não cumpriu sua missão”. O conselheiro citou as atas do próprio conselho da empresa e artigos de especialistas como uma demonstração disso. Ele concordou, contudo, com o relatório, que pode apontar o futuro para as empresas de comunicação pública do país.

O conselheiro Nascimento Silva lembrou que várias das críticas ao funcionamento da EBC têm como origem o próprio Conselho Curador, o que reforça a necessidade de sua existência.

O Conselho de Comunicação decidiu enviar um ofício aos presidentes do Senado e da Câmara sugerindo a criação de uma comissão mista para formular um novo modelo de comunicação pública para o Brasil, tendo a EBC como base.

Nova comissão

O conselho decidiu criar uma comissão para acompanhar o projeto que admite a possibilidade de adaptação das outorgas do serviço de TV por assinatura para serviços de radiodifusão de sons e imagens (PL 2.611/2015).

A proposta, do deputado Marcos Soares (DEM-RJ), aguarda a designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Nascimento Silva será o relator da nova comissão do Conselho de Comunicação Social.

Senado inicia discussão sobre bloqueio de sites e aplicativos

O Conselho de Comunicação começou em 10 de outubro a discutir o relatório sobre propostas legislativas que impedem o bloqueio de sites ou aplicativos de internet. O relatório, a cargo do conselheiro Ronaldo Lemos, deve ser apresentado na próxima reunião do conselho, marcada para 7 de novembro, e aborda alguns projetos sobre o tema em tramitação no Senado e na Câmara dos Deputados.

Para Lemos, que é vice-presidente do conselho, “obedecer às ordens da Justiça é essencial”. Ele destacou, no entanto, que é preciso debater o bloqueio da estrutura da rede, pois essa medida pode interferir em transações bancárias, na telemedicina e até na direção de carros. Lemos afirmou que a rede brasileira pode se tornar pouco confiável, com repercussões como o aumento do preço para o usuário e a fuga de empresas de internet do exterior. Como exemplo, disse que uma empresa do Paraguai pode preferir fazer seu tráfego internacional pelo Panamá, e não pelo Brasil.

— Na medida em que a internet brasileira cede a esses bloqueios, a rede começa a ficar isolada — ponderou.

Debatedores: indústria espacial precisa de verba

Prejudicada pela falta de investimentos públicos, a indústria aeroespacial brasileira precisa de mais participação do setor privado, afirmaram em 7 de outubro os participantes de uma audiência da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) realizada no Parque Tecnológico de São José dos Campos (SP).

O diretor científico da Fundação de Pesquisa de São Paulo (Fapesp), Carlos Henrique Cruz, afirmou que o governo investe 0,6% do PIB em ciência e tecnologia — proporção semelhante à dos padrões internacionais — enquanto as empresas só investem 0,5% da riqueza que geram. Para o diretor da Fapesp, o desafio do Brasil é aumentar o número de pesquisadores trabalhando nas empresas, competir no cenário mundial e elevar o número de patentes.

Os executivos da Embraer, sediada em São José dos Campos, afirmaram que a empresa já investe 10% do faturamento

em pesquisa, e as concorrentes no mundo contam com incentivos estatais.

Ex-diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Leonel Perondi declarou que o Brasil tem o sexto maior programa espacial do mundo e, com reforço nos investimentos, tem condições de melhorar a posição.

Supercomputador

Representantes do Inpe pediram dinheiro do Orçamento para a compra de um novo supercomputador, no valor

de R\$ 100 milhões. Sem esse equipamento, argumentam os pesquisadores, o país pode ficar sem serviços essenciais do instituto, como a previsão do tempo.

O presidente da CCT, Lasier Martins (PDT-RS), se disse convicto de que os recursos para o supercomputador são mesmo necessários e que tentará convencer os colegas a destinar emendas parlamentares para adquiri-lo. O prazo para apresentação das emendas na CCT termina nesta quinta-feira.



O senador Lasier Martins (3º à esq.) conduz audiência em São José dos Campos

Estatuto da Desburocratização deve ser concluído até o fim do ano

A Comissão de Juristas da Desburocratização se reuniu no dia 11 e acertou procedimentos para concluir a redação da proposta do Estatuto da Desburocratização até o fim do ano.

Para evitar “patinar nas deliberações”, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Mauro Campbell Marques, que preside a comissão, sugeriu que as contribuições e emendas sejam enviadas por e-mail ao relator, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli. A ideia é que Toffoli consolide o texto eletronicamente, acolhendo e incorporando as sugestões relevantes para, no final, os juristas avaliarem e aprovarem a proposição e o debate se aprofundar somente “nas emendas que precisam ser debatidas”, salientou Marques.

Toffoli se disse preocupado com o tempo despendido pe-

los juristas com a escolha de uma palavra mais adequada ao texto. Ele mencionou a Consultoria Legislativa do Senado, que pode fazer a sistematização e a revisão da proposta no final.

— Para discutirmos mais as ideias e menos as vírgulas do nosso texto — disse.

Marques acatou a sugestão da advogada Mary Elbe Queiroz para que a comissão recolha contribuições de entidades da sociedade, como institutos de processo civil, para promover alterações na Lei de Execução Fiscal (LEF), também a cargo da comissão.

Ele definiu que as reuniões com os integrantes do colegiado serão realizadas às segundas-feiras à tarde e às terças-feiras pela manhã. O presidente prometeu divulgar um cronograma com os passos para a finalização do estatuto.

A proposta, que deve ser aprovada pela Câmara ainda outubro, também precisa ser discutida pelos senadores em dois turnos. Assunto já chegou ao Plenário e a comissão

PEC dos Gastos domina debates no Senado

O PRINCIPAL ASSUNTO em debate no Senado na semana passada foi a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/2016, que limita por 20 anos os gastos públicos. Aprovada em primeiro turno na Câmara, a PEC ainda precisa ser aprovada em segundo turno pelos deputados e em dois turnos pelos senadores.

A proposta dominou as discussões em Plenário, no Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Pela proposta, os valores orçamentários despendidos pelo governo federal ficam sujeitos a um limite referente ao ano anterior corrigido pela inflação.

Em audiência na CAE na terça-feira, a economista Laura Carvalho, da Universidade de São Paulo (USP), disse que a atual crise fiscal está mais diretamente relacionada à forte queda na arrecadação do que à suposta “gastança desenfreada” do governo federal.



Gleisi Hoffmann, presidente da CAE, entre Laura Carvalho e Jessé de Souza, que se posicionaram contra o teto de gastos

Segundo ela, a PEC 241 pode a curto prazo deteriorar ainda mais as contas públicas, pois os índices de inflação anual têm apresentado trajetória de diminuição. Para a economista, a proposta promove, na realidade, um ajuste baseado na redução drástica do papel do Estado.

Esfera pública

Na avaliação do cientista político Jessé de Souza, da Universidade Federal Fluminense

(UFF), houve um “sequestro” da esfera pública por parte de setores da sociedade, que também têm o controle da mídia, o que faz com que o debate econômico seja conduzido pelo mercado financeiro. Para ele, há “amplos setores” da política e do Parlamento que são “subservientes” a esses interesses.

Souza acredita essa situação é levada ao limite pela PEC 241, que, caso seja aprovada, fará com que, na prática, o

sistema representativo abra mão de uma de suas principais prerrogativas, que é a discussão detalhada do Orçamento.

O senador Lindbergh Farias (PT-RJ) espera que o Senado modifique a proposta.

— Não há uma medida sequer que busque o ajuste fiscal no andar de cima da sociedade. Só aqui e na Estônia existe isenção sobre distribuição de lucros e dividendos — disse.

Lídice da Mata (PSB-BA) também criticou a PEC.

Renan quer votar PEC até o último dia do ano fiscal

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou na terça-feira que se empenhará para garantir a votação ainda este ano da PEC que limita os gastos públicos. Se necessário, acrescentou, o recesso parlamentar será suspenso para agilizar a votação.

Renan informou que conversará com o presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), José Maranhão (PMDB-PB), para que o relator possa abreviar os prazos da tramitação da matéria.

— Senão, vamos demorar mais de 30 dias, e não temos como apreciar a proposta depois do último dia do ano fiscal.

Limite no orçamento é criticado em sessão de homenagem

A sessão solene em homenagem aos 40 anos da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra), na segunda-feira, foi marcada por protestos contra propostas sobre redução de gastos públicos e terceirização do trabalho.

Paulo Paim (PT-RS), que propôs a homenagem, disse que a PEC 241/2016 e o PLC 30/2015

precarizam as relações trabalhistas e convidou a Anamatra a integrar “uma frente nacional ampla para resistir e defender os direitos dos trabalhadores”. Representantes da entidade apoiaram as críticas.

Valdir Raupp (PMDB-RO) colocou o Legislativo como aliado da Anamatra na consolidação da Justiça do Trabalho.



Presidente da Anamatra, Germano Siqueira, durante sessão solene

É preciso focar na qualidade do gasto público, sugere professora da USP

Em mesa redonda realizada na terça-feira pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) sobre a PEC 241/2016, a professora da USP Ana Carla Bliacheriene disse que é preciso investir na qualidade dos gastos. Segundo ela, também não se pode ficar preso à questão da legalidade.

— Vemos, por exemplo, se o teto da saúde foi atingido e não como foi atingido. Essa análise limitada induz à má gestão.

Participaram ainda Ronald Balbe, da Controladoria da União (CGU) e Fernando Moutinho, consultor de Orçamento do Senado.

Ana Amélia: organização das contas públicas é fundamental

A PEC 241/2016 foi tema de três discursos de Ana Amélia (PP-RS) durante a semana. No primeiro, ela defendeu que a proposta é fundamental para a recuperação a economia e não significa perdas para saúde e educação. Em segundo discurso, ela disse que aprovação da PEC é essencial para combater o inchaço do Estado. Por último, a senadora afirmou que não adianta gastar mais do que é possível.

— A desorganização das contas públicas é que levou a 12 milhões de desempregados.

Proposta é necessária para a credibilidade, avalia Medeiros

José Medeiros (PSD-MT) comparou a limitação dos gastos públicos aos cortes que uma família endividada precisa fazer para adequar as despesas ao orçamento familiar.

— Nós não vamos voltar a crescer se não dermos os sinais. Se a gente não aplinar o campo, não tapar os buracos, os jogadores não jogam. Nós precisamos, sim, sinalizar e passar pelo limite de gastos — defendeu.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Rose de Freitas pede para senadores aprovarem a PEC

A senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), líder do governo no Congresso, comemorou a aprovação na Câmara dos Deputados da PEC 241/2016. Para ela, o texto comprova a disposição do governo de tomar as medidas certas para garantir a recuperação econômica do país. Ela pediu empenho de todos pela aprovação da proposta quando ela chegar ao Senado

— Precisamos de austeridade.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Para Gleisi, limite de gastos vai estagnar a economia

Para Gleisi Hoffmann (PT-PR), a proposta que limita gastos públicos por 20 anos é ruim para o Brasil porque resultaria em estagnação econômica.

Ela explicou que não se justifica a alegação do governo de que é preciso cortar gastos, pois, segundo ela, o país não teve uma explosão de despesas nos últimos anos. O que ocorreu, segundo a senadora, foi uma queda abrupta nas receitas por conta da crise econômica, já que parceiros comerciais brasileiros passaram a comprar menos, e o país teve uma depreciação cambial.

País precisa de bases sólidas para crescer, afirma Cristovam

Na avaliação de Cristovam Buarque (PPS-DF), o Brasil precisa de bases sólidas na educação, nas finanças e nas regras jurídicas. Segundo ele, a PEC 241/2016 é importante para evitar que o país gaste mais do que arrecada. Ele lamentou que o país não tenha sabido usar bem seus recursos e que o governo tenha tentado fazer muita coisa ao mesmo tempo, sem que nada tenha sido bem feito, com eficiência.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Reguffe: jantar para discutir contenção é desrespeito

O senador Reguffe (sem partido-DF) criticou o governo federal por usar dinheiro público em jantar para 500 pessoas, no domingo, para discutir a PEC 241/2016, que limita o reajuste dos gastos públicos.

Segundo Reguffe, a conta desse jantar vai ser paga pelo contribuinte.

— Então isso para mim é um desrespeito ao contribuinte, é uma brincadeira de mau gosto.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Paim teme que se desvincule benefício do salário mínimo

Paulo Paim (PT-RS) teme que a PEC 241 altere a correção do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Paim considera que o benefício é uma das principais conquistas do Estatuto do Idoso, que está completando 13 anos. Atualmente, é recebido por 1,7 milhão de idosos que não têm como se manter e, por isso, contam com um salário mínimo por mês, mesmo que não tenham contribuído previamente.

— O governo pretende desvincular o BPC da correção do salário mínimo. Precisamos ficar atentos — alertou.

PEC vai estimular crescimento, diz Raupp; Lindbergh contesta

Valdir Raupp (PMDB-RO) se mostrou otimista com a PEC dos Gastos. Para ele, o Congresso precisa dar um crédito de confiança ao governo para fazer a economia voltar a crescer. Ele disse que institutos econômicos anunciaram que o Brasil crescerá, em 2017, de 1,3% a 1,5%, podendo chegar a 3% em 2018, se forem feitas as reformas anunciadas.

Lindbergh Farias (PT-RJ) contestou o colega, justificando que, na atual situação econômica, um ajuste como o previsto na PEC impediria a retomada de um crescimento vigoroso.

Preços baixos e importação afetam mercado de leite, dizem produtores

Federação e sindicatos querem diminuição da entrada de leite do Uruguai no Brasil, mas medida depende de acordo com o país

OS PRODUTORES DE leite e derivados da Região Sul, principalmente do Rio Grande do Sul, têm enfrentado sérias dificuldades nos últimos meses em virtude do aumento da importação dos laticínios do Uruguai. Além disso, a queda dos preços do leite vem ocorrendo desde o mês passado e deve continuar até o fim do ano. Esse é o panorama apresentado no dia 7 num seminário promovido pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

O presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Rio Grande do Sul (Sindilat), Alexandre Guerra, informou que o estado responde por 13% da produção nacional da leite. São 300 mil pessoas envolvidas social e economicamente com o setor. Em todo o Brasil, conforme Ana Amélia (PP-RS), presidente da comissão, há 850 mil famílias que trabalham com produção de leite.

Preços

Guerra pediu a diminuição das importações vindas do Uruguai, temporariamente, pois os produtores brasileiros não têm como concorrer com os preços baixos do vizinho.

O presidente da Aliança Láctea Sul Brasileira, Jorge Rodrigues, disse que a situação está bastante crítica, pois



Ana Amélia, entre os debatedores: 850 mil famílias trabalham com produção de leite em todo o Brasil

os preços estão defasados desde o ano passado. Em maio, houve aumento do volume importado do Uruguai, principalmente de leite em pó, o que piorou o quadro.

— Não estamos com falta de leite no Brasil. Por que importar? Prejudicamos nossa produção com importação desnecessária — disse Rodrigues.

Já Nestor Bonfanti, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetag), disse que os produtores de leite ficam à mercê da variação de preços. Por isso, propôs um preço mínimo para o leite nacional, de forma a proteger o pequeno produtor, que nunca sabe quanto receberá pelo leite produzido. A proposta recebeu o

apoio do secretário de Agricultura do Rio Grande do Sul, Ernani Polo.

Importação

Otávio Brandelli, do Ministério das Relações Exteriores, explicou que a Organização Mundial do Comércio (OMC) não permite que sejam estabelecidas restrições quantitativas no comércio internacional. Segundo ele, pode ser feito com o Uruguai um acordo semelhante ao feito com os produtores argentinos, voluntário e entre entes privados. Mas o Brasil não pode tomar atitudes unilaterais.

— A limitação de quantidade de comércio são proibidas. Nenhum país quer ver suas exportações limitadas.

Telmário lamenta proibição do STF de vaquejada no Ceará

Telmário Mota (PDT-RO) lamentou decisão do STF que considerou inconstitucional uma lei do Ceará que regulamentava a vaquejada, nascida, segundo ele, “do trabalho do sertanejo na Caatinga, que, para capturar o animal que fugia, agarrava-o pelo rabo até derrubá-lo”.

O STF decidiu que, por ser cruel com os animais, a vaquejada é crime ambiental. Telmário afirmou que a decisão pode acabar com a manifestação cultural, que, somente no Ceará, gera 600 mil empregos e movimenta R\$ 14 milhões ao ano. Para ele, a decisão é discriminatória e revela a perseguição à cultura dos sertanejos.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Seca tira razões para festejar Dia do Nordeste, afirma Lira

Em 8 de outubro comemorou-se o Dia do Nordeste, mas Raimundo Lira (PMDB-PB) disse que não há motivo para festa. Ele lembrou os seis anos de seca, que dizimou 70% do gado da Região Nordeste.

Ele lamentou também os baixos investimentos do BNDES no Nordeste e apontou o atraso de cinco anos na entrega das obras de transposição do Rio São Francisco. Segundo Lira, a transposição talvez não fosse necessária caso não houvesse o sucateamento do Departamento Nacional de Obras contra a Seca (Dnocs), órgão responsável pela construção e manutenção de barragens e açudes na região.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Raupp anuncia projeto para simplificar licença ambiental

Valdir Raupp (PMDB-RO) alertou para a necessidade de revisar as leis de licenciamento ambiental. Para ele, as regras atuais criam entraves para o desenvolvimento. Ele citou a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (PA), que levou 35 anos para ter início por causa de questões relacionadas ao meio ambiente. Raupp anunciou que o governo deve enviar ao Congresso Nacional ainda neste mês uma proposta para tratar desse tema.

— A iniciativa visa eliminar distorções do modelo atual de licenciamento, categorizando os empreendimentos por potencial de dano ao meio ambiente e às comunidades locais. Obras de impacto socioambiental reduzido poderiam passar por licenciamentos menos complexos — explicou.

RÁPIDAS

EXTINTOS MAIS DE 10 MIL CARGOS EM COMISSÃO NO GOVERNO FEDERAL

Foi transformado em lei o projeto que extinguiu 10.462 cargos comissionados no Poder Executivo. Destinados a funções de direção, chefia e assessoramento, eles eram de livre nomeação e exoneração pelas autoridades responsáveis, sem a necessidade de concurso público. A nova lei permite que o Executivo substitua esses cargos por funções de confiança privativas de servidores efetivos. De acordo com o governo, a medida representará uma redução de despesas de cerca de R\$ 250 milhões ao ano.

SANCIONADA LEI QUE RECRIA O MINISTÉRIO DA CULTURA

O presidente Michel Temer sancionou a lei que recria o Ministério da Cultura e cria as Secretarias Especiais dos Direitos da Pessoa com Deficiência e dos Direitos da Pessoa Idosa. A nova lei também recria a Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência, vinculada ao Ministério da Justiça e Cidadania. O texto aprovado ainda transfere o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Ministério da Justiça para a Secretaria de Governo da Presidência.

GOVERNO AMPLIA RECURSOS PARA CRIAR VAGAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Foi sancionada a lei que libera apoio financeiro da União aos municípios e ao Distrito Federal para ampliação da oferta de educação infantil. O valor dos recursos ainda será definido em ato conjunto dos ministros do Desenvolvimento Social e Agrário e da Educação. Segundo o texto, a verba poderá ser aplicada nas despesas de manutenção e desenvolvimento da educação infantil e nas ações para garantir o cuidado integral e a segurança alimentar e nutricional, necessários ao acesso e à permanência na escola.

TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMÓVEIS DA UNIÃO SERÁ REAJUSTADA EM 10,54%

Outra lei sancionada fixa em 10,54% o reajuste das receitas patrimoniais decorrentes da utilização de terrenos e imóveis administrados pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU). A nova alíquota incide sobre o valor do exercício de 2015. Pelo texto, caberá à SPU efetuar os novos lançamentos decorrentes do reajuste fixado pela lei. Os débitos poderão ser parcelados em até seis cotas mensais, com valor mínimo de R\$ 100 por parcela. Os documentos para atualização dos valores e o pagamento serão disponibilizados pela SPU na internet.

LEI CRIA PENAS MAIS DURAS PARA QUEM FAZ TRÁFICO DE PESSOAS

O tráfico nacional e internacional de pessoas terá penalidades endurecidas e as vítimas poderão contar com medidas de atenção e proteção. Foi sancionada a lei que inclui no Código Penal o crime de tráfico de pessoas. A pena prevista é de quatro a oito anos de prisão, além do pagamento de multa. A punição pode ser aumentada caso o crime seja cometido por funcionário público ou contra crianças, adolescentes e idosos. A penalidade também pode ser agravada caso a vítima seja retirada do território nacional.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Diretor-adjunto: Sílvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Proposta sobre surdos unilaterais é polêmica

Em audiências e reuniões com representantes do governo e de entidades, relator busca consenso para projeto sobre cotas para pessoas com deficiência em um ouvido

REPRESENTANTES DO GOVERNO federal e de entidades de defesa das pessoas com deficiência vão buscar um consenso sobre o projeto que assegura a quem é surdo de um só ouvido os direitos já garantidos ao deficiente auditivo bilateral. Na semana passada, eles se reuniram em duas audiências na Comissão de Direitos Humanos (CDH), na segunda e na quinta-feira.

Os debates foram requeridos por Paulo Paim (PT-RS), relator do projeto (PLC 23/2016). Ele pediu aos grupos envolvidos que se reúnam para buscar um texto alternativo, já que há divergências quanto à proposta.

Os defensores do projeto afirmam que os deficientes de apenas um ouvido são preteridos quando enfrentam a concorrência de pessoas com audição normal nos estudos e no trabalho, mas não têm o direito de usufruir da legislação inclusiva, como a Lei de Cotas (Lei 8.213/1991). Já os contrários à alteração na lei ponderam que a aprovação trará consequências para a contratação de surdos bilaterais, pois o mercado de trabalho dará preferência a preencher as cotas com deficientes de apenas um ouvido, que demandam menos gastos com adaptações e treinamentos.

As pessoas com surdez unilateral não se enquadram atualmente na legislação que protege pessoas com deficiência devido ao Decreto 5.296/2004, que considera deficiência auditiva apenas a perda bilateral, parcial ou total, de 41 decibéis ou mais.

— Meu papel é ouvir as



Paulo Paim preside audiência para buscar entendimento sobre proposta que considera a perda auditiva unilateral como deficiência para acesso a leis inclusivas

diferentes opiniões e buscar um relatório que atenda o bem comum. Tudo o que construímos no Congresso foi na linha do entendimento. Na base do tudo ou nada, quem perde é a sociedade. Vamos fazer o bom diálogo — disse Paim.

Insegurança

Na audiência de quinta-feira, Luciano Fernandes de Oliveira, porta voz dos deficientes auditivos unilaterais, disse que o decreto de 2004 gera insegurança jurídica. Ele explicou que a surdez em só um ouvido corresponde à definição de pessoa com deficiência proclamada pela Organização das Nações Unidas (ONU). E salientou não haver essa diferenciação legal para quem tem perda visual em apenas um olho, por exemplo.

A coordenadora da Secretaria Especial de Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério da Justiça, Liliane Bernardes, considera que o texto do projeto gera conflitos

com os conceitos do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015).

Segundo ela, a implantação de critérios para avaliação biopsicossocial da deficiência, prevista pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI) para ocorrer até 2018, deve acabar com a restrição aos surdos unilaterais, que também passarão a ser considerados pessoas com deficiência.

Para Filipe Trigueiro Correia, do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), o projeto de lei, caso seja aprovado, poderá revogar a LBI. Ele teme até que a iniciativa seja inconstitucional. Trigueiro apoiou a adoção de regras de transição, que permitam a inclusão dos surdos unilaterais até que os novos critérios de avaliação sejam implantados.

Inclusão

No debate de segunda-feira, o médico otologista Krishnamurti Sarmiento Junior

defendeu o “alargamento do conceito” de deficiência auditiva. Ele destacou os prejuízos para o desenvolvimento das crianças com deficiência em apenas um ouvido até a vida adulta. Segundo o especialista, habilidades da fala, desempenho acadêmico, interação social e funções cognitivas são prejudicados pela surdez unilateral.

— Não se trata de comparar deficiências. Um surdo bilateral tem dificuldades maiores, até pela barreira da língua. O unilateral é oralizado, domina a língua falada. Mas não significa que não uma tenha deficiência — disse.

Kayo Leite, integrante da Comissão de Fiscalização de Concursos Públicos da Ordem dos Advogados do Brasil no Distrito Federal (OAB-DF), registrou que os tribunais superiores vêm reconhecendo os surdos unilaterais como pessoas portadoras de necessidades especiais.

— Isso sedimenta uma juris-

prudência e resgata o espírito inclusivo da Constituição.

Na opinião de Fernanda Di Cavalcanti, responsável no Conade pelo projeto de fiscalização da Lei de Cotas, a LBI vai permitir mais evolução na defesa dos que realmente necessitam usar a cota. Ela disse já existirem instrumentos jurídicos suficientes para garantir os direitos das pessoas com deficiência, “o problema é colocar em prática”.

— Hoje você pode ser uma pessoa com deficiência e evoluir para não ser mais. Quando você restringe esses conceitos para uma lei, não faz parte da evolução sobre o conceito.

Fernanda afirmou que, no país, há políticas públicas para deficientes que não são restritivas, como as que garantem acesso à saúde e à educação.

— Mas a Lei de Cotas precisa ser restritiva. Se não for, enquanto houver uma pessoa com deficiência mais leve, a mais pesada vai ser preterida no mercado de trabalho.

Lindbergh critica ações de Temer e diz que Lula sofre perseguição

O Brasil continua sofrendo um “golpe”, mesmo após o impeachment, com as medidas propostas pelo governo de Michel Temer que prejudicam os trabalhadores, afirmou Lindbergh Farias (PT-RJ). Segundo o senador, faz parte do golpe a “perseguição” ao ex-presidente Lula.

— As denúncias do Ministério Público contra Lula se baseiam em convicções partidárias e não em provas. A acusação de que Lula beneficiou países socialistas, criou empregos no exterior e recebeu propina de empreiteiras é fruto da ignorância dos procuradores públicos sobre a economia internacional — disse.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Para José Medeiros, o grande derrotado das eleições é o PT

O grande derrotado das eleições municipais de 2016 é o Partido dos Trabalhadores, na avaliação de José Medeiros (PSD-MT).

— A cantilena de golpe que os aliados da ex-presidente Dilma Rousseff soltaram mundo afora após o impeachment prejudicou a imagem do Brasil no exterior e voltou-se contra os próprios petistas. O brasileiro foi às urnas e com um golpe certo, implacável, de samurai com a katana, praticamente extirpou o PT da política brasileira. Resta aos poucos que ficaram fazer uma autocrítica e, quem sabe, se reconstruírem — avaliou.

Segundo Medeiros, o PT foi derrotado por sua conduta, suas ações discutíveis e que frustraram seu eleitorado.

Alvaro pede que TCU promova auditoria da dívida pública interna

Alvaro Dias (PV-PR) apresentou, no dia 10, um requerimento para que o Tribunal de Contas da União (TCU) faça uma auditoria na dívida pública. O senador alega que a sociedade e o Congresso precisam conhecer os detalhes e o histórico dessa dívida, de quase R\$ 4 trilhões.

— Precisamos saber por que essa dívida cresceu quase R\$ 2 trilhões nos últimos 12 anos.

Para Alvaro, a dívida pública é um ponto essencial nas discussões sobre a limitação e a correta aplicação dos gastos públicos, “já que a metade do que o país arrecada é destinada ao pagamento dos juros e dos serviços dos juros da dívida”.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Paim defende políticas de seguridade social e “desaposentadoria”

No dia 7, Paulo Paim (PT-RS) leu manifesto do Conselho Nacional de Defesa dos Idosos (CNDI), que aponta a extinção do Ministério da Previdência como um risco às políticas que asseguram à população o direito à saúde e à aposentadoria. Paim defendeu também a manutenção do INSS.

— Dos 27,8 milhões de brasileiros com 60 anos ou mais, 81,7% estão protegidos pela Previdência Social. Os demais podem ter acesso ao Benefício de Prestação Continuada. Esses mecanismos de seguridade social combatem a pobreza.

Também em Plenário, no dia 11, Paim homenageou a Associação Latino-Americana de Juizes do Trabalho, que completou dez anos em 28 de setembro.

Raupp apoia programa federal de investimento em infraestrutura

O programa Crescer, de investimentos em infraestrutura, prioriza o que é mais importante, segundo Valdir Raupp (PMDB-RO). Lançado há um mês, o programa do governo federal tem como objetivo executar 25 projetos nas áreas de transporte, energia e saneamento.

— O investimento atual em infraestrutura, de 2% do produto interno bruto [PIB], é muito pouco. É preciso, no mínimo, 3,2% do PIB para que o país comece a crescer. A única saída, no momento, está na retomada das obras de infraestrutura com apoio da iniciativa privada e com capital estrangeiro — disse.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Há 40 anos, Lei Falcão amordaçava candidatos na TV

Norma de 1976 impedia que candidatos falassem aos eleitores na televisão e no rádio e permitia apenas que um locutor lesse nome, partido, número e currículo deles. Senadores do MDB criticaram o projeto, mas a lei acabou aprovada como os militares desejavam

Guilherme Oliveira

A CAMPANHA ELEITORAL de 2016 foi a mais curta dos últimos anos. Graças a uma reforma aprovada pelo Congresso, os candidatos a prefeito e vereador tiveram no primeiro turno 45 dias para pedir votos (antes eram 90 dias) e 35 dias para fazer uso do rádio e da TV (antes eram 45 dias). Cada um dos dois blocos de propaganda eleitoral foi de 10 minutos (antes eram 30 minutos).

Há 40 anos, outra lei fez uma simplificação ainda maior das campanhas eleitorais. Trata-se da Lei Falcão (Lei 6.339/1976), que transformou a divulgação das candidaturas no rádio e na TV numa verdadeira lista de chamada. Um locutor lia o nome, o partido, o número e o currículo de cada candidato. O postulante não podia apresentar suas propostas. Via-se apenas uma foto dele. No máximo, era permitido divulgar data e local de comícios.

A Lei Falcão valeu para as eleições municipais de 1976. Seu idealizador foi o ministro da Justiça, Armando Falcão. Conhecido pela defesa aberta da censura aos jornais e pelo uso contumaz da frase “nada a declarar” em respostas aos

repórteres, Falcão ocupou o cargo durante todo o governo do general Ernesto Geisel (1974-1979).

A Lei Falcão foi uma reação ao resultado das eleições de 1974, em que o MDB, partido opositor, cresceu e conquistou 15 das 22 cadeiras em disputa no Senado e 44% dos assentos na Câmara.

Oficialmente, a ditadura não admitia que a intenção era cortar as asas do MDB. Na exposição de motivos do projeto, o ministro explicou que a ideia era “reduzir desigualdades” entre municípios grandes, com acesso amplo a TV e rádio, e pequenos, onde esses recursos ainda não haviam chegado expressivamente. Falcão também alegava querer “evitar tumulto” entre as cidades. A propaganda política dos municípios maiores acabava sendo retransmitida também para os municípios vizinhos. Discussões de problemas e propostas extrapolavam a população do próprio município, resultando, segundo ele, em “confusão no eleitorado”.

Retrocesso

Os argumentos do ministro não convenceram o líder da minoria no Senado, Franco Montoro (MDB-SP). Em 19 de



Campanha de Montoro se submete à Lei Falcão: norma da ditadura buscava frear crescimento do opositor MDB

maio de 1976, um dia após o texto chegar ao Congresso, o senador disse que as mudanças previstas no que chamou de “projeto-rolha” seriam um “inadmissível retrocesso na vida pública”:

— Penso que nenhum país do mundo terá isto: não permitir que o grande meio de comunicação sirva para a informação política.

Documentos com toda a discussão da proposta no Congresso estão guardados no Arquivo do Senado, em Brasília. O senador Roberto Saturnino (MDB-RJ) também criticou o projeto:

— O uso da televisão foi o único instrumento capaz de reduzir substancialmente a influência do poder econômico nas eleições. Na medida em que esse instrumento nos é cortado, significa uma volta a essa era.

O líder do governo, senador Petrônio Portella (Arena-PI), rebateu as acusações. Para ele, a TV e o rádio favoreciam, na verdade, o discurso unilateral dos políticos, uma vez que não permitiam a interação com o eleitorado. Dirigindo-se a Montoro, ele afirmou:

— O mais importante nos pleitos municipais é o contato direto do candidato com os maiores interessados pelos problemas brasileiros, que são exatamente as diversas camadas da população.

Montoro respondeu com ironia:

— Então por que o governo noticia as suas obras por meio da televisão, com programas coloridos, em vez de mandar agentes de casa em casa?

Estrelas

Montoro disse que o projeto reduzia o protagonismo e a força dos partidos, ao limitar a campanha a um desfile de fotos e nomes. Ele fez um apelo pela rejeição do texto:

— Tenho a certeza de que Vossas Excelências não discordam dessas medidas e não vão impor ao povo brasileiro esta limitação: ser considerado incapaz de ouvir um debate. Acreditamos no poder de discernimento do povo. Apresentem-se argumentos de ambos os lados, isso é democracia. Caso contrário, estaremos escolhendo uma “elite competente” e adotando outro processo, não o da escolha popular.

O senador Jarbas Passarinho (Arena-PA) ficou encarregado de relatar a proposta. Ele rejeitou uma emenda do MDB que pretendia estabelecer que

apenas um terço do tempo da propaganda eleitoral fosse regido pela Lei Falcão e que os outros dois terços fossem usados livremente pelos partidos. Segundo ele, essa emenda seria negativa, pois favoreceria as “estrelas” dos partidos, em detrimento dos candidatos menores:

— A lei, visando coibir os efeitos danosos do poder econômico, resvalaria para a criação de um poder, igualmente nefasto, da oligarquia das direções partidárias. Passaria o eleitorado a ser manipulado pelos “comunicadores” da era eletrônica, escolhidos entre as estrelas de primeira grandeza dos quadros partidários — afirmou o relator.

O Congresso aprovou o projeto em 24 de junho de 1976. O texto foi promulgado por Geisel em 1º de julho.

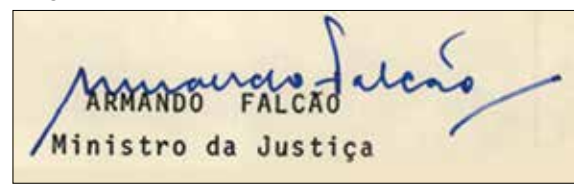
Suspensão

Logo após orientar as eleições municipais de 1976, a Lei Falcão foi emendada para ser estendida aos pleitos estaduais de 1978. Essa alteração não passou pelo Congresso. Foi parte do Pacote de Abril, um conjunto de decretos da ditadura que criaram novas normas eleitorais — a mais conhecida delas foi a instauração dos senadores biônicos, que seriam eleitos indiretamente.

A Lei Falcão foi suspensa em 1985, em meio à regulamentação das primeiras eleições municipais no país após a redemocratização. Apenas com a aprovação da Lei das Eleições (Lei 9.504/1997), que está em vigor até hoje, a Lei Falcão foi definitivamente varrida do ordenamento jurídico brasileiro.



Ao lado, o ministro Armando Falcão, patrocinador do projeto que calou os candidatos na propaganda eleitoral. Abaixo, a assinatura dele no projeto enviado ao Congresso em 1976



Piada de deputado foi a gota d'água

A gota d'água que levou a ditadura a redigir a Lei Falcão é atribuída ao deputado Getúlio Dias (MDB-RS). Segundo o *Correio Brasileiro* de 12 de novembro de 1976, a aparição dele no último programa do MDB (oposicionista) antes das eleições parlamentares de 1974 irritou o governo. Dias

fora antecedido por uma propaganda em que a Arena (governista) justificava a inflação. Ele rebateu a Arena com uma piada:

— Um homem pesca seis peixes para o almoço, mas tem que devolvê-los ao rio porque sua esposa não havia conseguido comprar óleo nem gás para cozinhar. Ao

mergulhar de volta na água, um dos peixes celebra: “Viva a revolução de 1964!”

O governo ficou furioso e, segundo o *Correio Brasileiro*, decidiu agir para suprimir as manifestações nos programas eleitorais.

Dias integrou a comissão que estudou a Lei Falcão no Congresso. Num debate, disse que a Arena lançaria celebridades como candida-

tos, já que, com a mordada generalizada, nomes conhecidos do público levariam vantagem. O deputado Blota Júnior (Arena-SP), que era radialista, questionou o “tom pejorativo”. Dias respondeu que não iria “perder tempo” com aquela intervenção “aloprada”. O bate-boca foi contido pelo presidente da comissão, deputado Genival Tourinho (MDB-MG).

Veja vídeo do Portal de Notícias:
<http://bit.ly/LeiFalcão>
Leia reportagens anteriores:
<http://bit.ly/arquivos>

O Arquivo S é editado excepcionalmente hoje. Resultado de parceria entre o Jornal do Senado e o Arquivo do Senado, é publicado na primeira segunda-feira do mês.